

# **(Re)leitura de autores do pensamento geográfico: ler o passado para (re)pensar o futuro**

**(Re)reading of authors of geographical thought: read the past to (re) think the future**

Danny Jessé Falkembach Nascimento<sup>1(\*)</sup>  
Marquiana de Freitas Vilas Boas Gomes<sup>2</sup>

## **Resumo**

O presente artigo se trata de uma (re)leitura entre autores, com intuito de avaliar de que formas a Geografia é trabalhada por teóricos e onde estão as principais semelhanças e diferenças entre seus pressupostos teóricos. Para isso, trabalharemos com autores das geografias Clássica e Contemporânea. Inicialmente, apresentamos as obras trabalhadas e analisamos cada um deles, destacando as partes principais em cada uma delas. Depois, apresentaremos os pontos de aproximação e distanciamento entre os autores e suas respectivas posturas teóricas. Por fim, analisamos a importância destes autores do pensamento geográfico.

**Palavras-chave:** (re)leitura; pensamento geográfico; Geografia.

## **Abstract**

This article is a (re) reading between some authors, in order to assess the ways that geography is worked by them and where are the main similarities and differences between their theoretical presuppositions. For that work with authors of Classical and Contemporary geographies. Initially, we present the works worked and analyze each one, highlighting the key parts in each. Then we present the approach and points gap between authors and their theoretical positions. Finally, these authors analyze the importance of geographical thought.

**Key words:** (re) reading; geographic thought; Geography.

---

1 MSc.; Licenciado em Geografia, Comunicação Social – Jornalismo; Servidor Público da Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná, UNICENTRO; Endereço: Rua Salvatore Renna – Padre Salvador, 875, Bairro Santa Cruz, CEP: 85015-430, Guarapuava, Paraná, Brasil; E-mail: djesse.unicentro@gmail.com (\*) Autor para correspondência.

2 Dra.; Geógrafa; Professora do Departamento do Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Pró-Reitora de Extensão e Cultura da Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná; Endereço: Rua Simeão Varela de Sá, 03, CEP: 85040-080, Guarapuava, Paraná, Brasil; E-mail: marquiana@gmail.com

## Introdução

Deixamos claro a intenção principal desta pesquisa que, em termos gerais, tem intuito de entender o significado de cada trabalho aqui analisado, incluindo seu contexto histórico, ou seja, a perspectiva de autores, e tentar/ousar definir e quando estes autores dialogam, onde seus textos entram em conflito e, sobretudo, qual a real importância de cada um deles para a história do pensamento geográfico. Ressalta-se que os autores e seus respectivos textos foram trabalhados no Mestrado em Geografia da Unicentro, durante a disciplina de Elementos de Epistemologia em Geografia, o que motivou a seleção e utilização dos materiais. Durante a produção do artigo, também foi idealizado que o trabalho fosse desenvolvido para aqueles que ainda estão iniciando sua caminhada no mundo do pensamento geográfico. Ainda, se pode notar que autores da Geografia Clássica e da Geografia Contemporânea foram utilizados, trazendo luz às questões epistemológicas que se apresentaram e que são necessárias para pensarmos a (re)leitura desses autores.

Também, lembramos que, para atingir os objetivos propostos neste texto, utilizamos algumas técnicas analíticas propostas por Roberto Lobato Corrêa, em “Análise Crítica de Textos Geográficos: Breves Notas” (2003).

Este artigo contempla dois momentos. O primeiro no qual trabalhamos individualmente cada texto, promovendo um apanhado das principais teorias e debates gerados pelos autores e que possam colaborar para o enriquecimento desta pesquisa. O segundo momento, não menos importante, diz respeito à análise comparativa entre os autores, conforme

nossa proposta e também da conjuntura que se apresenta no decorrer do ensaio.

Ressaltamos que, para este artigo, uma análise crítica/comparativa não diz respeito a colocar todos os autores dentro de um mesmo contexto e, a partir disso, tirar uma conclusão, mas sim, analisá-los um a um e, conseqüentemente, compará-los conforme a necessidade que a pesquisa apresentará.

Os autores/textos aqui analisados serão: Friedrich Ratzel, capítulos 4 (O Elemento Humano na Geografia: a História e a Geografia do homem) e 5 (As Tarefas e Métodos da Geografia do Homem) do livro *Geografia* (1990); Paul Vidal de La Blache, com *As Características próprias da Geografia* (1982); Maximilien Sorre, capítulo 2 (Fundamentos da Geografia Humana) da obra *Geografia* (1984); Milton Santos, capítulos 10, 11, 12 e 13 (Uma Tentativa de Definição do Espaço; O Espaço: Mero Reflexo da Sociedade ou Fato Social?; O Espaço, um Fator?; e O Espaço como Instância Social – respectivamente), do livro *Por uma Geografia Nova* (1978); e, por fim, a obra de Dirce Maria Antunes Suertegaray denominada *Geografia Física (?) Geografia Ambiental (?) ou Geografia e Ambiente (?)* (2002).

Poderíamos aqui acrescentar muitos outros grandes autores que, com certeza, iriam colaborar com este ensaio, porém, tememos perder a dimensão de nossa proposta. Isso poderia, dentre outros aspectos, gerar um texto desgastante para o leitor a que nos propusemos atingir. Assim, consideramos os textos selecionados necessários e suficientes para a análise proposta inicialmente.

## Ratzel e a Geografia do homem

Temos como ponto primordial, nos textos avaliados de Ratzel (1990), o que ele determina como “geografia do homem”, que o autor muitas vezes trata como antropogeografia e que também podemos definir como Geografia Humana.

O autor propõe, inicialmente, que essa geografia do homem deve “descrever e representar cartograficamente aqueles territórios onde se nota a presença do homem” (1990, p. 83). Aqui encontramos a base para o ‘princípio de extensão’, que está bem estruturado em Fonseca e Caracristi (2010) e que, segundo eles, afirma que os fenômenos geográficos devem passar por determinada análise e delimitação (de onde iniciou até onde terminou), sendo necessárias técnicas cartográficas.

Em seguida, Ratzel (1990) trata questões que dizem respeito “ao movimento do homem na sua dependência do território” (p. 84), onde, sobre estes movimentos:

[...] a Terra não representa já um elemento totalmente passivo, mas os direciona, os obstaculiza, os favorece, os torna lentos, os acelera, os desordena e os ordena graças as suas condições incomensuravelmente variáveis de posição, de amplitude, de configuração, de riqueza de água e de vegetação. (RATZEL, 1990, p.84).

Nisso, vemos as raízes do determinismo ambiental, ou seja, todo o rol de influências que o meio natural exerce sobre o homem, determinando o próprio comportamento humano. Ratzel (1990) empreende um trabalho interessante ao trabalhar o determinismo ambiental, focando em diversas questões que dizem respeito às

“influências que a natureza exerce sobre o corpo e o espírito dos indivíduos, e daí sobre os povos” (p. 84).

Neste momento, podíamos nos prender no debate sobre o determinismo ambiental, porém, não é este o foco do artigo, ao qual apenas cabe apresentar as ideias expostas no texto para depois realizarmos a análise comparativa entre os autores propostos para este ensaio.

Assim, lembramos, também, que Ratzel (1990), em diversos momentos do texto, entra em contato com materialismo histórico de Karl Marx, ao destacar a aproximação entre Geografia e História, que é amplamente debatida no trabalho do autor. Porém, devemos deixar claro que mesmo incitando um trabalho geográfico-histórico na relação do homem com o território, Ratzel argumenta que “[...] a tarefa mais importante da Geografia continuará sendo sempre a de estudar, descrever e representar a superfície terrestre” (1990, p. 90), o que nos mostra que o objeto da Geografia, para ele, é a região, com toda sua carga de determinismo da natureza sobre o ser humano.

Quanto à introdução à História de um país, Ratzel argumenta que ela deve “mostrar que as influências recíprocas que se exercem entre povo e território e entre este e o Estado são ininterruptas e governadas por uma lei de necessidade” (1990, p. 91). Vemos na concepção do autor que a questão território-Estado está intimamente ligada.

Notamos que, inúmeras vezes, nos deparamos com questões que dizem respeito ao espaço necessário para a sobrevivência de determinada comunidade, neste momento constatamos um dos pontos principais trabalhados por Ratzel, que é o conceito de ‘espaço vital’. Este conceito, segundo Moraes (1995, p. 56) “representaria uma porção de

equilíbrio entre a população de uma dada sociedade e os recursos disponíveis para suprir suas necessidades, definindo, assim, suas potencialidades de progredir e suas premências territoriais”.

Assim, nestes últimos parágrafos, vemos a construção do pensamento ratzeliano, com a questão do ‘espaço vital’, avaliando que existe um Estado, que é, para ele, um ‘organismo vivo’ de onde se desprende a territorialidade como espaço essencial de vida.

Adiante, Ratzel diz que a geografia do homem deve ser feita por meio de uma ciência descritiva, “pois à medida que os acontecimentos avançam, a descrição vai se tornando cada vez mais completa, mais profunda, mais intelectual e, portanto, mais clara” (1990, p. 94). Ele diz, ainda, que, além da descritiva, essa ciência dever ser feita também por meio do método indutivo, pois, em sua análise, o processo de comparação proporciona um ‘conteúdo intelectual’, do qual o método descritivo é privado.

Enfim, colocado em seu contexto histórico, Ratzel (1990) ‘preparou’ o terreno dentro do desenvolvimento do pensamento geográfico para que a Geografia pudesse galgar novos ares, como veremos no capítulo seguinte.

### **La Blache e o possibilismo**

Assim como Ratzel, Vidal de La Blache (1982) estava preocupado com a relação homem-natureza, incluindo, também, nesta interdependência os fatos geográficos físicos. Tal relação, para ele, mostra que “um elo comum existe entre os diversos elementos, que reconhecemos a complexidade” (p. 44). Este ‘elo’ seria o ‘meio’ onde “as coisas se apresentam a nós em grupos organizados,

em associações regidas por um equilíbrio que o homem perturba incessantemente ou, conforme os casos, retifica colocando a mão” (p. 45).

Para La Blache (1982), a ideia de ‘meio’ se apresenta “como correlativo e sinônimo de adaptação” (Ibidem) e se mostra “através das séries de fenômenos que se encadeiam entre si e são postos em movimentos por causas gerais” (Ibidem).

A questão da unidade terrestre também é apresentada pelo autor, que define “que a Geografia compreende, por definição, o conjunto da Terra” (1982, p. 38). Para ele, “esta ideia de unidade é comum, sem dúvida, a todas as ciências que tocam a física terrestre, assim como as que estudam a repartição da vida” (p. 39).

Dessa forma, e sob a ótica da unidade terrestre, a Geografia “tem por missão especial procurar com as leis físicas ou biológicas, que regem o globo, se combinam e se modificam aplicando-se às diversas partes da superfície” (Ibidem), afirma o autor. Sob esta ótica, vemos, então, que Terra proporciona “um campo quase inesgotável de observações e experiências” (Ibidem).

Chegamos aqui a um ponto importantíssimo da obra de La Blache, o campo de estudo da Geografia. Para ele, este campo seria “o conjunto dos fenômenos que se produzem na zona de contato entre as massas sólidas, líquidas e gasosas, que constituem o planeta” (1982, p. 41).

E seguindo adiante, deparamo-nos com outro ponto em que La Blache (1982) se aproxima de Ratzel, que é quando reconhece o ‘método descritivo’ na Geografia. Para ele, “descrever, definir e classificar, além de deduzir, são as operações que logicamente se mantêm” (p. 46). E, ainda, lembra que:

A descrição geográfica deve ser maleável e variada como seu próprio objeto, frequentemente, é proveitoso para ela servir-se da terminologia popular; esta sendo formada diretamente em contato com a natureza, tal designação apreendida sobre o atual, tal máxima rural ou provérbio podem abrir uma luz sobre um relatório, uma periodicidade, uma coincidência, qualquer coisa que se reclama diretamente de geografia”. (LA BLACHE, 1982, p. 46).

Ora, neste ponto do trabalho de La Blache (1982), constatamos que ele demonstra toda sua opção pela metodologia descritiva, mas também nos apresenta outro ponto importante de sua obra, que é a importância da ‘paisagem’ selecionada que é onde se junta o “conjunto de traços característicos que gravam no espírito do geógrafo a ideia de região” (p. 46).

Vemos, então, que, para o autor, que a paisagem é o ponto de partida para que a região seja determinada pelo geógrafo. A região estaria, então, sob esta ótica, convencionada à paisagem selecionada.

Mas, é na página 46 do ensaio de La Blache (1982), no momento em que ele inicia sua análise sobre a importância do estudo geográfico-histórico, que os traços do possibilismo afloram. E isso pode ser notado quando ele cita que:

É preciso dizer que nesta fisionomia o homem se impõe, direta ou indiretamente por sua presença, por suas obras ou consequência de suas obras. Ele também é um dos agentes poderosos que trabalham para modificar a superfície. Coloca-se por isso entre os fatores geográficos de primeira ordem. Sua obra sobre a Terra já é longa; há poucas partes que não levam seus estigmas. Pode-se dizer que dele depende o equilíbrio atual do mundo vivo. (LA BLACHE, 1982, p. 46).

Desse prisma, a natureza gera possibilidades ao homem, que irá usufruir dessas possibilidades, modificando o meio. Assim, já não é mais o meio natural que promove influências sobre o ser humano, como sugeria Ratzel (1982).

Na última página de seu artigo, La Blache afirma “a Geografia é a ciência dos lugares e não dos homens” (1982, p. 47), apresentando o que ele subentende como objeto da Geografia e mostrando que a História é apenas um meio para se esclarecerem questões na unidade terrestre. E, por fim, ele clama por uma integração das metodologias em prol dessa unidade terrestre:

É tempo de concluir: conhecemos há muito tempo a Geografia incerta de seu objeto e de seus métodos, oscilando entre a Geologia e a História. Esses tempos passaram. O que a Geografia, em troca do auxílio que ela recebe das outras ciências, pode trazer para o tesouro comum é a aptidão para não dividir o que a natureza juntou, para compreender a correspondência e a correlação dos fatos, seja no meio terrestre que envolve a todos, seja nos meios regionais onde eles se localizam. (LA BLACHE, 1982, p.47).

## **Sorre e a Geografia Humana**

Maximilien Sorre, ao escrever o capítulo 2 da obra Geografia (1984), traz para o debate um aprofundamento da Geografia Humana. Algo que se fazia extremamente necessário no seu contexto histórico, em idos de 1948.

Inicialmente, o autor nos remete à importância da “unidade do conhecimento” para a Geografia Humana. E, em seguida, define que a “Geografia Humana busca

ater-se àquilo que é propriamente humano, às massas humanas e suas obras, efêmeras ou permanentes” (1984, p. 87).

Sorre (1984) recorre ao seu primeiro livro para trazer à tona a ‘ecologia do homem’ e, em seguida, parte para uma definição do termo ecologia. Para ele, o ponto de partida para toda ecologia é “a descrição do meio ou do ambiente em função das características do ser que nele reage” (p. 88). Esta seria a primeira equação de equilíbrio para esta definição.

Um segundo termo da equação seriam as atividades dos grupos humanos, onde “a palavra ecologia aplica-se a todas aquelas atividades, espirituais ou materiais, que não podemos conceber fora de seu próprio ambiente” (SORRE, 1984, p. 89).

Após definir estas equações de ecologia, envolto nas questões humanas, Sorre (1984) trabalha a questão do ‘meio social’. Para ele, ao colocar na balança o componente humano, o meio social acaba pesando mais que o natural, pois “a saúde, a capacidade de reprodução de um grupo em dado momento dependem mais do ambiente humano, das representações e dos impulsos coletivos, que do clima e de outras condições físicas” (SORRE, 1984, p. 89).

Podemos avaliar, neste momento, como se torna interessante quando começamos a perceber como a história do pensamento geográfico caminha para uma Geografia mais humana, que passa a perceber o meio social e toda influência proporcionada por ele.

Na página 90, o Sorre (1984) define ‘gênero de vida’ como sendo “o conjunto mais ou menos coordenado das atividades espirituais e materiais consolidadas pela tradição, graças às quais um grupo humano assegura sua permanência em determinado

meio”. Para ele, os gêneros de vida estão baseados em questões como, pesca, criação nômade, etc. Porém, somos levados aos “modos de existência, às vezes menos completos, mais especializados e, geralmente, mais independentes do meio físico, como modos de vida de grupos que vivem da indústria no mundo contemporâneo”.

Em suma, Sorre utiliza-se da definição de gênero de vida (como conjunto de técnicas) para nos apresentar seu próximo debate no texto, que é a questão das técnicas. Para ele, “somente no seio do grupo social é que a eficácia e a permanência dos esforços individuais são assegurados” (1984, p. 92). Assim, temos norteados que o autor irá se preocupar com as ‘técnicas da vida em grupo’, que “abrange tanto as estruturas sociais e econômicas como as estruturas políticas” (SORRE, 1984, p. 92).

Ao apoderar-se da análise das técnicas, Sorre (1984) compromete-se com a transformação da sociedade – no sentido de grupo, e, para isso, lança seus estudos para as técnicas de energia, citando assim sua evolução:

- 1) utilização de um número crescente de fontes de energia;
- 2) busca de economia em cada tipo de energia, economia significando aqui uso integral, redução das perdas;
- 3) aumento da massa de energia à disposição do homem;
- 4) importância das reservas energéticas fósseis e, conseqüentemente, importância da sua localização geográfica; esgotamento gradual das reservas energéticas fósseis e necessidade de recorrer à fontes renováveis.

(SORRE, 1984, p. 94).

Note-se que a citação de Sorre é extremamente atual para a nossa sociedade, porém foi escrita no meio do século passado. O importante aqui é notarmos que quando

o autor fala em revolução, esta é promovida pela concorrência na obtenção e manutenção das fontes de energia, ele nos remete há um novo caminho que se abre, pois esta revolução “domina igualmente as atividades de transporte e as atividades das indústrias de transformação” (SORRE, 1984, p. 94). Uma nova questão se apresenta e diz respeito à geografia da circulação.

Sobre a geografia da circulação, o autor nos lembra de que, desde Ratzel, ela já é estudada. Isso porque remete à posição geográfica e toda sua necessidade por possibilidades de transporte. Neste contexto, Sorre (1984) narra todo o aparato necessário para que se forme o que ele denomina como ‘rede universal da circulação’, associando o estudo das rotas (nos três domínios: continental de superfície, marítimo e aéreo) ao das trocas. Ele, também, apresenta uma síntese para a evolução das técnicas de circulação: “1) ampliação do domínio da circulação geral; 2) aumento das velocidades; 3) aumento da capacidade de transporte unitário e global; 4) aceleração contemporânea de todas essas características” (p. 95). Novamente vemos a precisão do estudo de Sorre que, assim como na análise da evolução das técnicas de energia, narrou antecipadamente o desenvolvimento da circulação.

Por fim, Sorre (1984) coloca duas problemáticas que foram deixadas de lado em seu trabalho: da liberdade e do determinismo; e o problema da autonomia e da classificação das geografias. Para ele, ambas as questões seria perda de tempo, pois não condizem com a necessidade de sua pesquisa.

Ele conclui afirmando que “a Geografia Humana é una, pois capta o homem por inteiro em cada uma das suas atividades” (SORRE, 1984, p. 98). Mais à frente, veremos que Suertegaray (2002) irá complementar

esta questão, afirmando que a Geografia Humana é una e múltipla.

### **Milton Santos e a Geografia Nova**

Em *Por uma Geografia Nova*, publicado pela primeira vez em 1978 e que faz parte do rol das principais obras da linha denominada Geografia Crítica, Milton Santos (1978) nos apresenta, inicialmente, o que seria objeto da Geografia, que para ele é o ‘espaço’.

Uma consideração se faz necessária sobre este objeto. Primeiramente, que o próprio autor analisa que “de todas as disciplinas, a Geografia foi a que mais se atrasou na definição de seu objeto e passou, mesmo, a negligenciar completamente esse problema” (SANTOS, 1978, p. 144). Santos mostra que a maioria dos autores buscava apenas definições para a Geografia, sem se preocupar com o seu objeto de estudo. A lista de autores (com suas definições para a Geografia) citada na obra tem nomes como de Hartshorne, Rat, Dryer, Lukermann, entre outros. Como não vem ao caso avaliarmos as definições da Geografia, pois não é esta a proposta deste texto e nem contribuirá para chegar a seu objetivo principal, não nos prolongaremos sobre a questão, assim como fez Santos.

Em seguida, Santos reafirma também o princípio da unidade na ciência, ao citar:

A sociedade, que deve ser, finalmente, a preocupação fundamental de todo e qualquer ramo do saber humano, é uma sociedade total. [...] O fato de a sociedade ser global, consagra o princípio da unidade da ciência. (SANTOS, 1978, p. 146).

Para ele, essa unidade é extremamente necessária e, logo após, nos mostra também outro ponto importante, que é a

interdisciplinaridade. Sobre esta última, o autor destaca:

O grande mérito de uma interdisciplinaridade bem entendida é que, ao mesmo tempo que ela disciplina o trabalho interior a cada ciência particular, está sempre a abrir-lhes novos caminhos, graças ao contato fecundo dos outros compartimentos do saber. (SANTOS, 1978, p. 148).

Santos afirma que devemos “ultrapassar o nível das operações puramente descritivas, incompatíveis com o conhecimento dos fatos dinâmicos, das coisas que têm vida” (p. 149). Para ele, a análise pode ser considerada uma ‘violência raciocinada’, que é indispensável.

Está em Milton Santos (1978), a noção da necessidade do encontro homem-natureza. Pois, “o espaço geográfico é a natureza modificada pelo homem” (p. 150). Mas, é ao tratar da noção de espaço que o autor nos traz um trecho muito interessante de sua obra.

Objeto da preocupação dos filósofos desde Platão e Aristóteles, a noção de espaço, todavia, cobre uma variedade tão ampla de objetos e significações – os utensílios comuns à vida doméstica, como um cinzeiro, um bule, são espaço; uma estátua ou uma escultura, qualquer que seja sua dimensão, são espaço; uma casa é espaço, como uma cidade também o é. Há o espaço de uma nação – sinônimo de território, de Estado; há o espaço terrestre, da velha definição da Geografia, como crosta do nosso planeta; e há, igualmente, o espaço extraterrestre, recentemente conquistado pelo homem, e, até mesmo o espaço sideral, parcialmente um mistério. (SANTOS, 1978, p. 150).

Ele afirma, em seguida, que o que nos interessa “é o espaço humano ou espaço

social, que contém ou é contido por todos esses múltiplos espaços”. Ou seja, o ponto principal seria o local de ‘morada do homem’, o lugar de vida e trabalho do ser humano. Santos (1978) também nos questiona:

Podemos encontrar uma definição única dessa categoria espaço? Ou temos à nossa frente duas coisas diferentes a definir, isto é, o espaço como categoria permanente, ou seja, o espaço – o espaço de todos os tempos – e o espaço tal como hoje se apresenta diante de nós: nosso espaço, o espaço de nosso tempo? (p. 151).

Vemos, também, que a obra nos traz o debate sobre o conceito de lugar, explicando que este seria “uma porção discreta de espaço total” (1978, p.152). Citando William Bunge (1963, p. 125-147), Santos (1978) coloca que o universo é “um sistema formado de sistemas que agem entre si como se fossem simples elementos. O que se passa em um lugar depende da totalidade de lugares que constroem o espaço” (p.153). Assim, temos outro elemento importantíssimo da Geografia para essa definição de espaço, que é a totalidade. Dessa forma:

O espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente. Isto é, o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções. (SANTOS, 1978, p. 153).

Para Santos (1978), o espaço é um objeto social e “a base do conhecimento e



da interpretação da realidade espacial não pode, pois ser encontrada nas sensações ou na percepção” (p. 161). E, ainda, define que o conhecimento do espaço só pode ser atingido através de sua própria produção.

Citando Kosik, o pesquisador nos coloca que “o espaço é um fato social, um fator social e uma instância social” (SANTOS, 1978, p. 163).

Santos (1978) também destina determinada parte de sua obra para tratar de questões como circulação e transporte, além de um debate sobre o capital, que influenciam diretamente diversos fatores que agem na organização do espaço. Neste momento, chamou-nos atenção o termo ‘macrocefalia’ que o autor remete ao uso da expressão ‘região metropolitana’, que nada mais seria do que o resultado dos progressos tecnológicos e das tendências à concentração no que diz respeito à questões econômicas, políticas, sociais e culturais.

Ora, se para Santos (1978, p. 172) “o espaço é a matéria trabalhada por excelência”, então vemos que a prática social e todas as relações oriundas disso, por meio daquilo que ocupa lugar no espaço, irão compor esse ‘espaço’.

Seguindo adiante, vemos que o autor também se preocupa com a questão do espaço construído (formas espaciais fixas), que é “o tempo histórico que se transformou em paisagem, incorporado ao espaço” (SANTOS, 1978, p. 173). Segundo ele, as formas fixas são ocasionadas pelo modo de produção de determinado período, sendo que esse modo pode desaparecer sem que as formas fixas desapareçam. Ou seja, “o espaço é, portanto, um testemunho; ele testemunha um momento de um modo de produção pela memória do espaço construído, das coisas

fixadas na paisagem criada” (SANTOS, 1978, p. 173).

Santos apresenta o espaço com instância social, que tende a reproduzir-se e a acentuar os traços dominantes:

A estrutura espacial, isto é, o espaço organizado pelo homem é, como as demais estruturas sociais, uma estrutura subordinada-subordinante. E como outras instâncias, o espaço, embora submetido à lei da totalidade, dispõe de uma certa autonomia que se manifesta por meio de leis próprias, específicas de sua própria evolução. (SANTOS, 1978, p. 181).

E, é por meio desta evolução, que o autor nos mostra que as determinações sociais não podem ignorar as condições espaciais preexistentes. Assim, o espaço não é apenas um reflexo dos modos de produção.

Santos, debate a ideia de ‘inércia dinâmica’, afirmando que:

Se o espaço organizado é também uma forma, um resultado objetivo da interação de múltiplas variáveis através da história, sua inércia é, pode-se dizer, dinâmica. Por inércia dinâmica queremos significar que as formas são tanto um resultado como uma condição para os processos. A estrutura espacial não é passiva, mas ativa, embora sua autonomia seja relativa. Como acontece às demais estruturas sociais. (SANTOS, 1978, p. 185).

Por fim, Santos (1978) crava um novo debate, sobre o enfoque histórico e sobre a estrutura espacial. O autor explica que o enfoque histórico “supõe que se caminhe do passado para o presente, aquilo que se mostra sob os nossos olhos, em interação e funcionamento” (SANTOS, 1978, p. 188).

Para ele, “a estrutura espacial é, também, o passado no presente” (p. 189).

Assim, “através do espaço, a história se torna, ela própria, estrutura, estruturada em formas. E tais formas, como formas-conteúdo, influenciam o curso da história, pois elas participam da dialética global da sociedade” (SANTOS, 1978, p. 189).

### **Suertegaray e revisão epistemológica**

Dirce Maria Antunes Suertegaray (2002) sugere, logo de início, “uma leitura do espaço geográfico que o conceba como uno e múltiplo” (p. 111). Entendemos que podemos pensar este espaço, sob a ótica da autora, ‘uno’ por que se refere a um todo e ‘múltiplo’ porque é aberto a múltiplas conexões, expressadas pelos conceitos “região, paisagem, território, rede, lugar e ambiente” (Ibidem). Para ela, a conjunção de categorias (natureza, sociedade e espaço-tempo) permite compreender este espaço geográfico. Além disso, essas categorias transformam-se com a histórica mudança do mundo, transformando também o espaço geográfico.

Devemos ter plena consciência de que Suertegaray (2002) entende o espaço geográfico por meio da relação natureza-sociedade. Para ela, a Geografia Física, no seu sentido mais restrito, foi superada a partir do momento em que se originaram as suas subdivisões.

Outro aspecto da obra de Suertegaray (2002), que abordaremos um pouco mais, é que apresenta uma perspectiva sistêmica e, sobre esse aspecto, ela vem trazer a ideia que:

A busca de articulação na perspectiva sistêmica ultrapassou a dimensão analítica referente à materialização do que se convencionou chamar de natureza. Ao buscar este caminho construíram-se

conceitos como o de geossistema, que, por sua vez, ultrapassa na sua construção a integração com o conhecimento da natureza. Ultrapassa, porque inclui o homem (a ação do homem) neste contexto. (p. 113).

Adiante, Suertegaray (2002) considera que “o termo ambiental, para além de todas as conceituações expressas, indica a compreensão do ser na relação com o seu entorno” (Ibidem). E, ainda, coloca que “num mundo que se unifica pela produção e reprodução da natureza tornada mercadoria, discutir a natureza e a questão ambiental resgata a unidade da Geografia” (p. 114).

Sobre a natureza, a obra revela duas referências: a primeira se refere ao conceito de natureza, destacando dois outros casos, um pensa a natureza como algo externo ao homem e outro como sendo ela uma dimensão do humano, escapando de nossa intervenção como natural. A segunda referência, de acordo com a autora, faz jus ao ‘caminho analítico’, entendendo a construção humana como natureza.

Suertegaray (2002) também relata uma natureza sobre o prisma de Milton Santos, que é mais artificial, tecnicizada, em associação com o período denominado por ele como ‘Técnico Científico Informacional’.

As naturezas apresentadas até aqui servem para balizar o pensamento da autora que, em seguida, apresenta sua teoria de que “a natureza possuída pelo homem transfigura-se, adquire outra dimensão” (SUERTEGARAY, 2002, p. 116).

Após a definição da natureza transfigurada, a autora destaca a evolução do ‘ambiente’ no decorrer da evolução do pensamento geográfico. Para isso, Suertegaray (2002) traz definições dos períodos pelos quais passou o pensamento, mostrando como

foi concebida a relação/interação homem-meio na Geografia. Pois, “o homem era entendido como externo ao meio, ou externo à natureza. Ao longo do tempo, a Geografia vai transformando sua compreensão e passa a pensar o ambiente como homem/sociedade e seu entorno” (p. 116).

Logo em seguida, somos levados a pensar o ‘ambiente e o espaço geográfico’. Suertegaray (2002) afirma que com o advento da discussão ambiental que surgiu nos anos 1970 e com a Geografia retomando sua história, reavaliando-se e fazendo sua própria crítica, é necessário, aos geógrafos, “retomar o conceito de espaço geográfico e repensar com ele o conceito de ambiente” (p. 118).

Para Suertegaray (2002), o homem por meio do seu desenvolvimento técnico é capaz de intensificar e de produzir novos processos naturais, ocasionando o que a autora chama de transfiguração da natureza, ou seja, transformado-a em outra figura, que poderá conter a figura de origem, mas não será mais a mesma (p. 119).

Por fim, ela aponta para a necessidade de uma reflexão epistemológica na Geografia para que se possa construir um diálogo interdisciplinar.

## **A Geografia e seus pontos de aproximação e de interrogação**

Partimos agora para o ponto principal deste artigo, que é buscar os pontos de encontro e de superação nas obras analisadas. Lembramos que, desde o início deste ensaio, nossa proposta é de analisar conforme o contexto histórico. Ou seja, desenvolver algo se levando em conta que os autores redigiram seus trabalhos em períodos distintos da história.

Assim, nossa primeira análise se refere à questão das correntes do pensamento. Em nosso artigo, pudemos trabalhar com autores da Geografia Clássica: Ratzel, La Blache e Sorre; com a Geografia Crítica de Milton Santos; e também com a Geografia Contemporânea de Suertegaray. Com isto pudemos notar o desenvolvimento do pensamento geográfico no decorrer dos anos.

Pudemos, notar que os autores analisados se prestaram a trabalhar a interação homem-natureza. Neste ponto, Ratzel trouxe a antropogeografia e o seu determinismo ambiental para estudo. Já em La Blache encontramos os traços do possibilismo ambiental. Sorre, um dos discípulos de La Blache, aprofunda o debate sobre a Geografia Humana. Já, em Santos, noutra perspectiva, o debate foi calcado sobre o espaço geográfico, com especial atenção sobre o espaço humano e/ou espaço social. E em Suertegaray vemos o homem e o surgimento de uma natureza transfigurada.

Ora, como vemos todos os autores tiveram sua preocupação com a relação existente entre a natureza e o ser humano. Com isto, acabaram criando uma linha de desenvolvimento sobre o tema no que diz respeito ao pensamento geográfico.

Podemos citar vários pontos importantes que foram trazidos para este texto, mas seria apenas replicar o que já dissemos. Por isso, acredito que devemos colocar apenas alguns pontos de encontro e embate entre os autores. Por exemplo, Ratzel e La Blache defendem uma ciência descritiva e, em contraposição, Milton Santos defende que devemos ultrapassar o nível das operações puramente descritivas. Em cada contexto, acreditamos que suas teorias forma importantes para o desenvolvimento da ciência geográfica.

Ratzel e La Blache divergem ao trabalharem o conceito de região, o primeiro

(concebe) a região como objeto da Geografia e o segundo afirma que a paisagem é o ponto de partida para que a região possa ser determinada pelo pesquisador. Sobre estes dois clássicos do pensamento geográfico, muitos autores afirmam que as teorias possibilitadas de La Blache contrapõem o determinismo de Ratzel. Porém, avaliando sobre o prisma que nos propusemos, chegamos à conclusão que La Blache, na verdade, aprofunda e aprimora a pesquisa de Ratzel.

Podemos citar, ainda, Sorre que, assim como Milton Santos, trabalha questões como técnicas de energia e geografia da circulação. Porém, notamos que, no meio do século passado, Sorre proporcionou um estudo que, se lido hoje, muitas vezes pode dar a impressão de ser um trabalho contemporâneo.

Sorre frisou que a Geografia Humana é una, pois capta o homem por inteiro. Mais tarde, Suertegaray, concorda com Sorre, ao afirmar que o espaço é uno, mas complementa essa perspectiva afirmando que, além de uno, também é múltiplo.

Tanto Milton Santos quanto Suertegaray clamam por um diálogo interdisciplinar em

seus trabalhos. Para eles, isso é algo que se faz extremamente necessário em nossa sociedade.

Enfim, vemos que o trabalho destes grandes nomes do pensamento geográfico caminha sempre para uma unidade das geografias Física e Humana. Cada um envolvido com as necessidades e problemáticas de seu tempo e promovendo um trabalho em prol da Geografia.

Podemos afirmar que trabalhar este tema foi como remontar os passos que foram dados em alguns momentos da história do pensamento geográfico. Mais que isso, pudemos notar os pontos de aproximação entre os diversos autores, fatores que estão cravados nas teorias da Geografia. Tivemos a grata noção de que reler o passado serve, antes de mais nada, para repensar o futuro.

Finalmente, acreditamos que a Geografia é feita de interrogações que surgem no dia a dia deste ramo da ciência. E, para que possamos estar preparados para as questões que surgirão, cada vez mais em ritmo acelerado em nossa sociedade, devemos ter pleno conhecimento das pesquisas que moldaram a nossa Geografia.

## Referências

CORRÊA, Roberto Lobato. Análise Crítica de Textos Geográficos: Breves Notas. **Geouerj**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 7-18, 2. Semestre 2003.

FONSECA, Valdelúcio; CARACRISTI, Isorlanda. **Ratzel e o princípio de extensão**. Disponível em: <<http://www.territoriogeograficoonline.com.br/site/?modulo=mat&chave=1766&mod=Artigos%20Cient%EDficos>>. Território Geográfico Online. Ano 04 - Nº 14 - Fevereiro de 2010. Acesso em: 8 nov. 2011.

LA BLACHE, Paul Vital de La. **As características próprias da geografia**. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio. *Perspectivas de Geografia*. São Paulo: Difel, 1982. p. 37-47.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia: Pequena História Crítica**. São Paulo: Hucitec, 1995.

RATZEL, Friedrich. **Geografia**. In: MORAES, A. C. R. (Org.). São Paulo: Ática, 1990. p. 83-107. Coleção Grandes Cientistas Sociais.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia nova**. São Paulo: Hucitec-Edusp, 1978.

SORRE, Maximilien. **Geografia** (Tradução de Januário F. Megale, Maria Cecília França e Moacyr Marques). São Paulo: Ática, 1984. Coleção Grandes Cientistas Sociais.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Geografia Física (?) Geografia Ambiental (?) ou Geografia e Ambiente (?). In: MENDONÇA, F.; A. KOZEL, S. (Org.). **Elementos de Epistemologia da Geografia Contemporânea**. Curitiba: UFPR, 2002. p. 111-120.